



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Circulação de ideias jurídicas no Rio Grande do Sul no século XX: a difusão regional de impressos jurídicos como elemento na formação do pensamento político e jurídico
Autor	BEATRIZ LOBATO TOVO
Orientador	ALFREDO DE JESUS DAL MOLIN FLORES

O projeto presentemente exposto realiza um estudo das edições produzidas entre os anos de 1949 e 1974 pela Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, almejando explorar as possíveis consequências que transformações políticas, sociais e jurídicas originaram nos posicionamentos da comunidade acadêmica rio-grandense. O estudo dessas modificações mostra-se essencial para a composição de um quadro completo sobre os efeitos gerados no ensino jurídico durante os períodos de redemocratização pós Regime Vargas e de vigência do Regime Militar. Ademais, as pesquisas voltadas às revistas universitárias permitem a análise dos processos de formação e disseminação do pensamento jurídico dentro das instituições de ensino superior. Mais especificamente, esse estudo objetiva identificar mudanças nas opiniões expressas pelos autores presentes na referida revista quanto a temáticas ligadas ao intervencionismo estatal, à democracia e aos direitos humanos. Para tal fim, utilizamos a metodologia associada à história do livro e aos autores Robert Darnton e Roger Chartier, sendo que a pesquisa foi feita por intermédio da observação dos textos publicados, da identificação dos mais importantes, do tabelamento dos principais campos do conhecimento desenvolvidos e da verificação de existência, ou não, de vínculo institucional dos autores com Faculdade de Direito de Porto Alegre. A partir desse estudo, percebemos que as edições produzidas no período de redemocratização pós Regime Vargas (1949-958) apresentam opiniões críticas ao intervencionismo estatal e favoráveis a preceitos democráticos e liberais, as edições publicadas durante a vigência do Regime Militar (1971-1974), por outro lado, demonstram posicionamentos acentuadamente positivos quanto ao intervencionismo estatal nas diversas áreas da sociedade. Desse modo, propomos a conclusão parcial de que houve alterações razoáveis nos posicionamentos expressos durante os citados períodos, as quais parecem estar intimamente ligadas às transformações político-sociais sofridas pelo Brasil na metade final do século XX.